

Ainda não foi desta vez

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Tocado na corda da indignação com a unânime aprovação do duro relatório do deputado Roberto Magalhães pela CPI do Orçamento, o presidente Itamar Franco aproveitou a oportunidade de tranquila viagem internacional — que sempre ajuda a destravar a língua, mesmo de presidente tagarela — e anunciou que vai promover completa e implacável devassa no Executivo, dando seguimento e consequência às espantosas revelações das roubalheiras parlamentares.

Irretocável a lógica embutida no raciocínio de Itamar: Congresso não rouba sozinho. Necessita de parceiros na operação da ladroagem, pois é o Executivo quem aplica e distribui gorjetas das verbas orçamentárias, quase sempre com a indispensável cumplicidade insaciável das empreiteiras.

Mas, como ensina a experiência popular, de boas intenções está forrado o piso do inferno. Passando da pregação à prática, o impulso presidencial resultou, pelo visto, na aceleração do passo tardo da pomposa Comissão Especial de Investigação, a instalar-se no próximo dia 4 de fevereiro, sob a presidência do ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF), o articulado e enérgico general Romildo Canhim.

Ora, francamente não é por aí. Por tal desvio equivocadão não será ainda desta vez que o governo internará a limpeza, iniciando a urgente, urgentíssima e inadiável devassa para o mapeamento das negociatas e desperdícios da parte empesteada da burocracia, tapando os ralos por onde escorre, há décadas, o chorado dinheirinho pungueado do bolso raso dos trouxas que pagam impostos.

Vejam como os fios se embaralham em mãos desatentas. Nada se pode arguir de restritivo quanto à criação da bizarra Comissão Especial de Investigação e muito menos em relação aos nomes convidados para compô-la. Ao contrário. Parece que o presidente Itamar deixou-se seduzir pela tentação de ter a sua CPI, sonhando com um repeteco governamental da repercussão da prima rica, a CPI do Orçamento.

Não há que duvidar: o governo esmerou-se em selecionar seus integrantes entre o que há de melhor e mais ilustre na praça. Pescou o ex-procurador-geral de Alagoas, Daniel Quintela Brandão, com provável experiência garantida pelo largo campo de observação das estrepulias da sua base estadual. Entre os ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF), conseguiu recrutar Evandro Gueiros Leite e Jerônimo Ferrantes. O representante das Forças Armadas (sempre é esperto assegurar o respaldo da farda) é o general da reserva Francisco Batista Torres de Melo. E mais os representantes do Movimento pela Ética na Política (nome de arrepiajar a penugem patriótica): o empresário Emerson Kapaz, o advogado Modesto Souza Barros Carvalhosa e o professor Cândido Antonio Mendes de Almeida.

Estamos, pois, diante de plenário de eminências e que deverá produzir sessões de brilho ofuscante, com largo consumo de erudição, saber jurídico e o toque elegante do pano de fundo de inatacáveis biografias. Seleção de tal nível imprime às denúncias e punições a respeitabilidade de sua alta qualificação moral.

Mas seria ingenuidade imaginar que, ornada por tais expoentes, a Comissão vá arreigar as mangas e mergulhar fundo no lodaçal da corrupção do Executivo, repetindo o desempenho dos senadores e deputados da CPI da máfia do orçamento. Dela não se pode esperar que vare madrugadas em diligências, levantando as provas da gatunagem ou que colha depoimentos que se espijam por muitas horas estressantes.

Afinal, trata-se de serviço cívico não remunerado, que se gratifica pela honra de servir ao país. A maioria dos seus convidados não mora em Brasília e, portanto, terá que se deslocar para comparecer às sessões, a serem convocadas em condições especiais.

Na verdade, a tarefa da apuração foi depositada nos ombros largos do general Canhim, o qual, pelo visto, não cultiva ilusões e adotou as providências preventivas para dar conta do serviço. Sem papas na língua, passa recibo na objetividade, confirmado que, como sabe “que não conta com os membros da Comissão em tempo integral”, resolveu “formar uma secretaria-executiva que vai carregar o piano”.

Assim deu para entender. A Comissão Especial de Investigação terá a função de moldura para valorizar o quadro. Quando for o caso, reunirá em Brasília o buquê de excelências para a solenidade da chancela das denúncias.

Ao ministro Canhim competirá a parte pesada e desagradável de rastrear o itinerário da corrupção no latifúndio da burocracia. Uma trabalheira infernal, embaraçada por resistências, cumplicidades, corporativismo e pelas dimensões amazônicas da área sob suspeita.

Se a CPI do Orçamento, como reconheceu limpidamente o deputado Roberto Magalhães, não teve tempo nem competência para apurar a participação das empreiteiras na quadrilha e desapertou passando a bola ao Congresso — engasgado com a instalação de nova CPI só para investigar a notória comilância dos sócios majoritários na divisão do bútum —, o ministro Canhim não pode deslocar-se da reta. Governo, empreiteiras e anões são farinha podre do mesmo saco. Um não furtá sem a ajuda do parceiro.

Por tudo isso, seria conveniente que o ministro se entendesse com o Congresso, tão logo se decida a instalação da CPI das empreiteiras, para uma coordenação de esforços.

Até porque a CPI terá a seu dispor, para iniciar a garimpagem, o acervo das apurações inconclusas da CPI do Orçamento. E de outras CPIs que não chegaram ao fim da linha, mas recolheram aos arquivos parlamentares relatórios que as conveniências da época enterraram no esquecimento. E que devem ser resgatados.

Se a devassa do Executivo foi confiada ao ministro Canhim e se a CPI das empreiteiras é uma imposição do decoro parlamentar, então para que mesmo a Comissão Especial de Investigação?

Deixa para lá. Se não ajuda, também não atrapalha. E sempre enfeita.

**Governo,
empreiteiras
e anões são
farinha do
mesmo saco.
Um não
furtá sem o
outro.**